

50 ANOS DA TERCEIRA CAMPANHA (1974-2024): O EXTERMÍNIO DA GUERRILHA DO ARAGUAIA E A CONTRAPOSIÇÃO AO SILENCIAMENTO FORÇADO

VINÍCIUS CARLUCCIO DE ANDRADE

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

VICENTE EUDES LEMOS ALVES

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, São Paulo, Brasil

RESUMO: Os objetivos deste artigo são reforçar o que foi a Guerrilha do Araguaia, explicitar quais foram as condições de sua derrota e mostrar tentativas de contraposição ao silenciamento forçado, natural à transição brasileira pós-1985. Através de revisão bibliográfica e de trabalhos de campo, conclui-se que, embora os guerrilheiros tenham sido exterminados há 50 anos e a anistia tenha também sido aplicada aos torturadores, movimentos socioterritoriais locais - a partir do maior exemplo do MST - carregam uma herança no que se relaciona à luta pela terra. Dessa maneira, a Guerrilha do Araguaia não pode ser lida como um episódio pretérito e sem repercussões no presente.

PALAVRAS-CHAVE: Guerrilha do Araguaia; Ditadura Militar; Memória; Movimentos Socioterritoriais.

INTRODUÇÃO

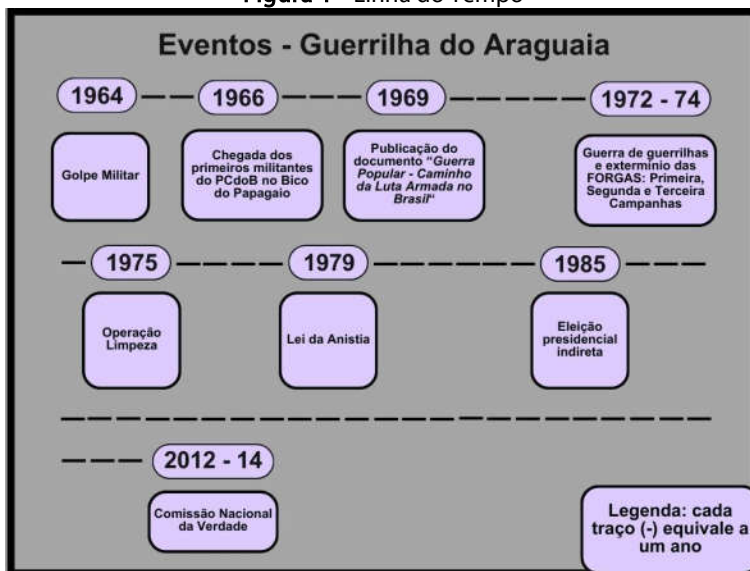
O ano de 2024 marca os 60 anos do golpe que deu início à longa Ditadura Militar no Brasil. Além disso, marca os 50 anos da Terceira Campanha, ocorrida em 1974 e última investida das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) contra as Forças Guerrilheiras do Araguaia (FORGAS). É imprescindível assinalar, logo no início, que o combate aos guerrilheiros, membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), se tratou, segundo a literatura científica especializada no assunto (Campos Filho, 2012; Figueiredo, 2022; Maciel, 2014), de um extermínio contra aqueles que ousaram se rebelar frente à Ditadura Militar. Se as duas primeiras campanhas - entre 1972 e 1974 - foram duras derrotas para o regime, a Terceira Campanha, para Campos Filho (2014, p. 160), veio com a finalidade de não deixar sobreviventes e "todos aqueles que tivessem ligação com a Guerrilha deveriam ser eliminados". Contudo, a repressão não parou nos comunistas.

Os militares, sob ordens de Emílio Garrastazu Médici, atacaram camponeses e indígenas (Martins, 1985, 1986; Peixoto, 2014). A tensão se aprofundou diante de, conforme escreveu um dos poucos guerrilheiros que sobreviveram, uma "verdadeira caçada às pessoas que viviam no interior da mata" (Genoino, 2007, p. 465). Foi, na verdade, um período de terror de Estado (Luiz, 2023), no qual violações de direitos humanos tornaram-se recorrentes contra os locais. Peixoto (2014), por exemplo, afirma que o remate da guerrilha é sinônimo de uma caçada humana, com execuções, torturas e decapitações. José Genoino, em entrevista recente (Andrade, 2022), classifica o *modus operandi* das Forças Armadas como uma "repressão espetacular e espetacularizada", devido à tortura pública e ao uso de bombas *napalm*. Na mesma linha, dotado de uma forte metáfora, Campos Filho (2012, p. 99) denunciou: "o Vietnã é aqui". Como

consequência de um dos episódios mais abusivos da ditadura, após muita pressão (Bernardi, 2017), o próprio Estado brasileiro reconheceu, através do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), as violações de direitos humanos perpetradas por seus efetivos militares. Foi adotada, pelos golpistas de 1964, uma “política deliberada de extermínio extrajudicial dos guerrilheiros encontrados na mata” (Brasil, 2014, p. 717).

Todavia, a despeito do massacre, das torturas e da ocultação de cadáveres contra os guerrilheiros inspirados pelo maoísmo, não houve punição para os repressores (Arquidiocese, 1987). A Guerrilha do Araguaia foi um ponto de inflexão para o Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense (Peixoto, 2014), mas os abusos continuaram devido à impunidade reinante (Campos Filho, 2014). Isso é um reflexo profundo do que foram a Lei da Anistia e a redemocratização no Brasil (Lemos, 2018). Como a figura 1, que compila as principais informações referentes à guerrilha em uma linha do tempo, apresenta, o intervalo entre o fim do processo de “abertura lenta, gradual e segura” (Teles; Quinalha, 2020, p. 33) - que se deu por meio de uma eleição presidencial indireta em 1985, 21 anos após o golpe de 1964 - e a instalação da CNV por decreto presidencial via Lei nº 12.528 (de 18 de novembro de 2011), somente com Dilma Rousseff, é de quase três décadas. Para Teles e Quinalha (2020), tamanho hiato (de 27 anos) demarca uma anomalia e um impeditivo de plena transição democrática.

Figura 1 - Linha do Tempo



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

O signo da amnésia e do esquecimento se materializa na Lei da Anistia de 1979. Reconhecidamente, não se negam as conquistas possibilitadas por essa lei - tais quais a volta de exilados, o perdão de presos políticos e o reencontro de famílias separadas pela perseguição -, mas, segundo Lemos (2018, p. 26), “a anistia, desde 1964 uma

reivindicação oposicionista, só se tornou realidade quando apropriada pelos dirigentes do regime ditatorial como uma tática do processo transicional”. Em suma, a transição pós-1985 efetivou-se sem quaisquer rupturas. A “anistia ampla, geral e irrestrita”, que incorporou o perdão não só aos torturados, mas também aos torturadores, foi domesticada, conformada e esvaziada de qualquer potencial antissistêmico (Mattos, 2018). Sem mudanças radicais, Lemos (2002) já assinalou como a Lei da Anistia era sinônimo de conciliação em prol da preservação de interesses das classes dominantes - devotadas defensoras da Ditadura Militar. Conseqüentemente, Figueiredo (2022) acentua a inconclusa e falha justiça de transição brasileira ao apontar uma “autoanistia”, isto é, os militares promulgando, com João Baptista de Oliveira Figueiredo, o perdão para si mesmos. As marcas, porém, não se apagaram. As tentativas de destruição do legado da Guerrilha do Araguaia não obtêm êxito, visto que a busca pela verdade e a preservação da memória são motes que ressoam entre coletivos que constroem movimentos sociais e socioterritoriais (Fernandes, 2000, 2022; Fernandes; Sobreiro Filho, 2023; Stedile; Fernandes, 2012) na divisa Pará-Maranhão-Tocantins.

A repressão à Guerrilha do Araguaia, nos primeiros anos de 1970, e a Operação Limpeza, deslocamento militar com a finalidade de ocultar cadáveres e desaparecer com arquivos sobre as três campanhas dos anos anteriores para “eliminar os vestígios de conflito armado e das atrocidades cometidas pelos militares na região” (Reis; Marcos; Moreira, 2021, p. 185), em 1975, não constam em livros didáticos e raramente são temas regulares em salas de aula. O cenário entre movimentos locais em defesa da reforma agrária, no entanto, é o oposto. Nessa linha, diante dos marcos de 60 anos da deposição de João Goulart e de meio século do extermínio perpetrado contra a militância pecebista na Pré-Amazônia, este artigo reforça o que foi a Guerrilha do Araguaia, explicita quais foram as suas condições na derrota e mostra tentativas de contraposição ao silenciamento inerente à judicializada transição brasileira. A defesa radical dos direitos humanos passa por, inexoravelmente, lembrar e relembrar o extermínio de dezenas de comunistas no Sul do Pará. Mesmo 50 anos depois, muitas perguntas não foram respondidas: há muito que se esclarecer.

Através de (i) revisão bibliográfica, (ii) trabalho de campo - fator indispensável para uma pesquisa em Geografia Agrária (Valverde, 1964) - e (iii) emprego de entrevistas - a exemplo da realizada com o ex-guerrilheiro, ex-deputado federal e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, privilegiando, também, a história oral -, a discussão apresentada neste trabalho subdivide-se, além de Introdução e de Considerações finais, em 1) Elucidação do que foi a Guerrilha do Araguaia: implantação e invisibilização, seção na qual se debate o que foi o episódio em si; e 2) A memória para enfrentar o silêncio, seção na qual se mostra, a partir de um exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tentativas de enfrentamento ao silenciamento dos crimes da ditadura, hegemônico pós-transição de 1985, em um espaço de construção pedagógica para além de escolas. Vale ressaltar, assim, que foram consultados documentos de época, jornais, livros, artigos científicos, relatórios da CNV, anuários da Comissão Pastoral da Terra, materiais de movimentos socioterritoriais, dissertações de mestrado e teses de doutorado e foram realizadas visitas, com olhar crítico, à região onde antes lutaram os guerrilheiros.

ELUCIDAÇÃO DO QUE FOI A GUERRILHA DO ARAGUAIA: IMPLANTAÇÃO E INVISIBILIZAÇÃO

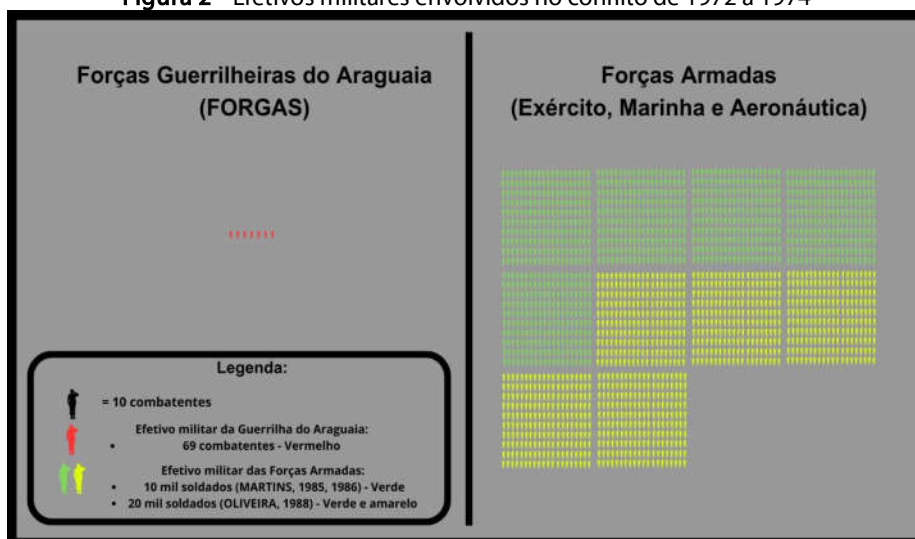
Como é possível ver na figura 1, os primeiros militantes do PCdoB começaram a chegar na região ainda em 1966. Dois anos depois, no dia 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional Número Cinco, o qual, de acordo com Lemos (2018), hipertrofiou o Executivo (ao fechar o Congresso Nacional) e suspendeu o *habeas corpus*. Como consequência, o fluxo de pecedobistas para a trijunção (limite entre Pará, Maranhão e o então estado de Goiás, cujo fragmento norte, em 1988, originou o Tocantins) se intensificou. No ano seguinte, em 1969¹, quando foi publicado *Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil*, documento que justificava a opção pela guerrilha a partir do campo, o que antes era uma sondagem passou a ser efetivamente implantado. Vale mencionar, porém, que, para disfarçar e mascarar o real motivo dessa chegada daqueles que seriam chamados de “paulistas” pelos camponeses locais, os membros do PCdoB entraram em uma considerável onda migratória. Naquele momento, os militares almejavam casar a “fome com a vontade de comer” (Oliveira, 1988, p. 74). Resumidamente, se o Nordeste era uma região com estrutura fundiária concentrada e foco de tensão social, a Amazônia se apresentava como um vazio demográfico - termo polêmico e devidamente criticado por Becker (2009). Médici tinha como fim deslocar uma parcela considerável de força de trabalho (uma leva de trabalhadores maranhenses e piauienses) para o Sul do Pará, onde atuaria em programas de colonização.

Essas correntes migratórias, com origem no sertão nordestino e destino na Amazônia Oriental, eram, para Martins (1986, p. 121), uma “busca dos ‘gerais’, das terras livres, no rumo dos rios Araguaia e Tocantins”. Era o cenário propício para a chegada dos comunistas. Os posseiros que atravessavam o Rio Araguaia, entretanto, não receberam as terras prometidas. A tensão, gradualmente, crescia e o choque seria inexorável. Antes da descoberta da guerrilha por parte das Forças Armadas, em 1972, membros do PCdoB conviveram diariamente com os camponeses por, no mínimo, meia década. Na clandestinidade, desenvolveram amizades com os posseiros locais (Campos Filho, 2012, 2014; Maciel, 2014). De um lado, a Ditadura Militar apoiou megaprojetos na floresta equatorial amazônica e foi responsável pela militarização da questão agrária (Martins, 1985); do outro, quando a guerra explodiu, em abril de 1972, os guerrilheiros, por meio da *Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo*, manifesto de “emergência” que explicava as reais motivações dos “paulistas” que habitavam o Pará, posicionaram-se ao lado do “homem do interior” (ULDP, 2002, p. 56), além de defenderem, explicitamente, a reforma agrária quando pontuaram a necessidade de “terra para trabalhar e título de propriedade de sua posse” (ULDP, 2002, p. 61) para os relegados pelos militares.

Os anos de contato surtiram efeitos: os camponeses apoiaram a Guerrilha do Araguaia. O cotidiano, o dia a dia e a rotina, embasada em mutirões e convivência social mínima, não foram esquecidos (Andrade, 2022). A repressão foi brutal e não parou no PCdoB. Em sua *Carta de autodefesa apresentada no julgamento da guerrilha*, Genoino (2007, p. 467) escreveu: “a guerra espalhava-se, voltada principalmente contra os trabalhadores residentes nos pequenos povoados e no interior da mata”. Foi um

“massacre (...) praticado contra o povo” (Genoino, 2007, p. 471), resultando em centenas de prisões ilegais sob suspensão do *habeas corpus*. Para se ter ideia dos efetivos militares envolvidos no conflito, a figura 2 traz uma representação gráfica de ambos os lados: 69 combatentes compunham as FORGAS; 10 a 20 mil² (Martins, 1985, 1986; Oliveira, 1988) militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e policiais de Pará, Maranhão e Goiás os perseguiram. Em números, o impacto é ainda maior: o massacre perpetrado contra a Guerrilha do Araguaia foi o maior deslocamento militar no interior do Brasil (Maciel, 2014) e o maior efetivo das Forças Armadas desde o fim da Segunda Guerra Mundial (Campos Filho, 2012). Em média, havia um guerrilheiro para 289,85 membros das Forças Armadas.

Figura 2 - Efetivos militares envolvidos no conflito de 1972 a 1974



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

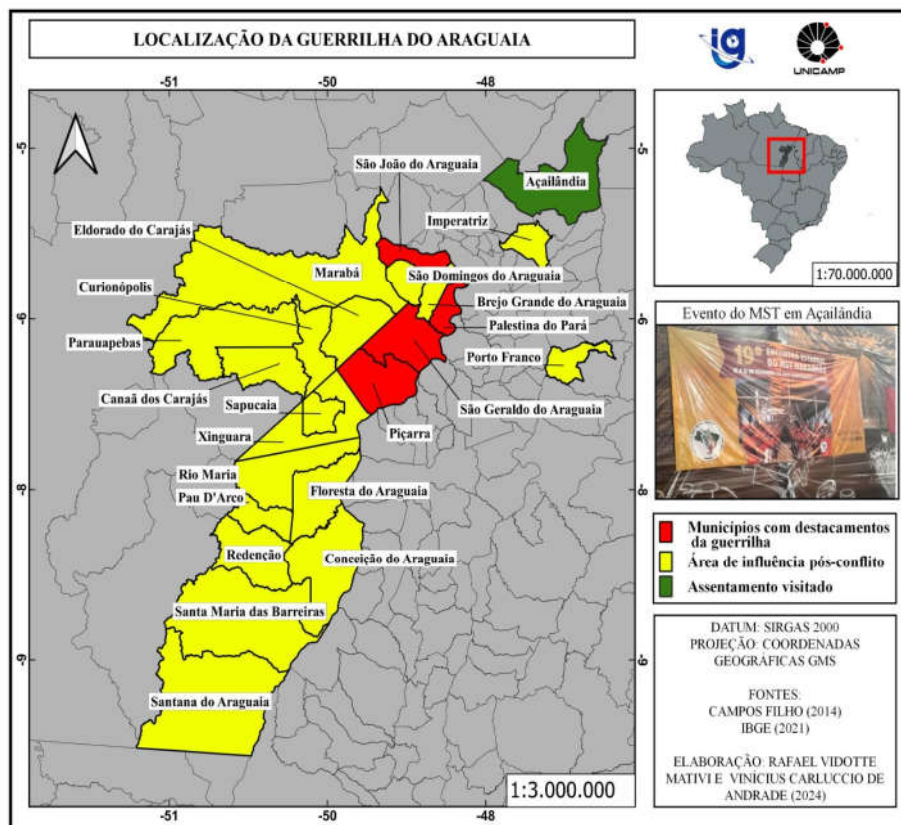
O próprio PCdoB não escondia suas influências maoístas para optar pela luta armada. A guerra de guerrilhas, na visão do Comitê Central, era inevitável para a guerra popular. No documento de 1969, lê-se: “agora, o Partido formula, de maneira mais completa, sua concepção sobre o caminho da luta armada no Brasil. O estudo das obras de Mao Tse-tung sobre a guerra revolucionária serviu de guia na elaboração deste caminho” (Partido Comunista do Brasil, 1974, p. 156). Obviamente, os militares, envolvidos em uma atmosfera ufanista, não aceitariam esse movimento no Brasil. Golbery do Couto e Silva³, teórico da Doutrina de Segurança Nacional e originário da Escola Superior de Guerra, justificaria a perseguição política e a censura por parte do regime. Segundo o autor, o Brasil era vítima de “investidas irracionais de um terrorismo urbano-rural sem compromissos quaisquer com a realidade nacional” (Silva, G. C., 1981, p. 12). Para o general, o campo da esquerda era formado por “subversivos, contestadores, insatisfeitos e saudosistas” (Silva, G. C., 1981, p. 27). Representando o pensamento dos militares, eliminá-lo e eliminar todo e qualquer dissidente seria o único caminho para a segurança e o desenvolvimento. Em função disso, a Guerrilha do

Araguaia, inspirada no processo revolucionário chinês, deveria ser exterminada e enterrada. As consequências foram nefastas:

Foram necessários quase três anos de luta sangrenta, entre abril de 1972 e janeiro de 1975, para cerca de dez mil soldados derrotarem 69 comunistas. (...) A crueldade dos métodos usados pelos militares para obter informações sobre os guerrilheiros, porém, não sai da memória dos habitantes da região. (...) As pessoas eram proibidas de sair de suas casas nas cidades e as mulheres não podiam andar sozinhas porque temiam ser atacadas por soldados. (...) Muitas vítimas não tinham qualquer relação com militantes do PCdoB. As atrocidades narradas pelos sobreviventes parecem não ter limites. Em troca de recompensas financeiras oferecidas pelo governo federal, os militares apresentavam cabeças cortadas de guerrilheiros mortos. Cemitérios clandestinos foram criados e ainda hoje os familiares das vítimas não sabem onde elas foram enterradas. (...) As Forças Armadas, principalmente o Exército, quiseram apagar as marcas da Guerrilha do Araguaia (Silva, E., 2002, p. 52-53).

O silêncio passou a imperar (Campos Filho, 2012, 2014; Peixoto, 2014). Felizmente, no começo de seu livro, Taís Morais e Eumano Silva (2005, p. 13) afirmam que “os governos militares fracassaram na tentativa de jogar a Guerrilha do Araguaia no esquecimento”. A campanha para sua invisibilização foi intensa. A Operação Limpeza de 1975 é o maior exemplo disso. Contudo, como a figura 3 explicita, se os destacamentos (A, B e C) das FORGAS estavam somente em municípios do Sul do Pará, sua zona de influência, para Campos Filho (2014), expandiu-se e, atualmente, incorpora, além da área original, o Sudeste do Pará, o Oeste Maranhense e o Bico do Papagaio Tocantinense. A guerrilha não foi esquecida e tem um capítulo específico no relatório final da CNV (Brasil, 2014).

Figura 3 - Mapa de localização dos destacamentos da guerrilha e de sua posterior zona de influência



Fonte: Elaborado por Matiwe e Andrade (2024) a partir de Campos Filho (2014) e IBGE (2021).

Os camponeses guardam com carinho as lembranças que construíram com os “paulistas”. João Carlos Haas Sobrinho atuou como médico; Dina atuou como parteira e enfermeira (Silva, E., 2002). Depois da guerrilha, outra guerra começou (Campos Filho, 2014; Peixoto, 2014). As violações de direitos humanos são contínuas. As heranças da guerrilha não cessaram. Ainda que os latifundiários tenham sido privilegiados pela Ditadura Militar, constituindo milícias privadas de bate-paus (auxiliares e informantes da polícia local, que andam armados), o legado dos guerrilheiros está na luta pela terra e na defesa da reforma agrária entre posseiros do Pará, Maranhão e Tocantins. Os conflitos fundiários ali podem ser caracterizados como uma continuidade da perseguição à guerrilha, pois a própria Guerrilha do Araguaia, por meio da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo, fortalece e motiva movimentos socioterritoriais populares através de seus ideais no combate à desigualdade social. É com base nisso que o evento em Açailândia será comentado. Confrontando o silêncio, o MST traz a memória.

A MEMÓRIA PARA ENFRENTAR O SILÊNCIO

Martins (1985) sustentou que a luta dos trabalhadores rurais durante a Ditadura Militar, com enorme saldo de mortos e feridos, sofre com um processo de esquecimento. No Sul do Pará, essa mobilização se imbricou com a atuação dos guerrilheiros. Afirmar isso, porém, é diferente de pontuar que os camponeses do Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio são maoístas como a guerrilha era. Os camponeses (assalariados, posseiros e sem terra) apenas convergem em um ponto em relação à guerrilha: a defesa da reforma agrária. Diante de uma série de execuções sumárias e da supressão de direitos políticos, a conversa entre os “paulistas” e aqueles migrantes que chegaram à região devido à migração orientada por Médici - com a finalidade de atenuar a tensão social no Nordeste - era possível por meio de ideais próximos no que concerne ao acesso à terra. Para Stedile (2020), a reforma agrária é, acima de tudo, sinônimo de democratização do acesso à terra, através da eliminação do latifúndio.

Ao ocuparem a terra e ao fortalecerem o sindicalismo rural (principalmente a partir da segunda metade da década de 1980), os camponeses constroem espaços de diálogo. Para Gilvânia Ferreira da Silva (2007), ocupações e assentamentos são espaços de socialização. Nessas oportunidades, as histórias e as estórias que os locais têm com os jovens pecedobistas são lembradas. A oposição ao silêncio forçado, frente a uma guerrilha invisibilizada e a uma tentativa de ocultação de um episódio de terror de Estado (Luiz, 2023), constrói-se pela memória. Não é raro encontrar, na divisa Pará-Maranhão-Tocantins, pessoas que conviveram, há 50 anos, com os guerrilheiros. Entretanto, a própria disputa pela memória já é conflituosa. Enquanto localidades que remetem à repressão - a exemplo da Casa Azul, centro clandestino de tortura (Brasil, 2014; Luiz; Reis; Silva, 2018), em Marabá (PA), do 50º Batalhão de Infantaria de Selva, em Imperatriz (MA), do 52º Batalhão de Infantaria de Selva, em Marabá (PA), e da antiga sede das Forças Armadas, na qual existia o “Buraco do Vietnã” (Silva, E., 2002), em Xambioá (TO) - permanecem na paisagem, os movimentos socioterritoriais, que herdaram muito das defesas do PCdoB em prol do fim da concentração das terras, buscam manter viva a lembrança do que foi aquele massacre de 1972 a 1974.

A própria noção de movimento socioterritorial já pressupõe a criação de espaços de socialização política para a conquista de territórios (Fernandes; Sobreiro Filho, 2023). Em uma espécie de retroalimentação positiva, a territorialização é permanente com o intuito de consolidação de uma reforma agrária multissetorial. Nesse sentido, manifesta-se a preocupação que o MST tem com a educação (Silva, G. F., 2007; Stedile; Fernandes, 2012). É a “educação na luta pela transformação social” (Silva, G. F., 2007, p. 66). Consoantemente, Stedile e Fernandes (2012, p. 76) afirmam que “a frente de batalha da educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio ou a de massas. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital”. Enquanto o golpe de 1964 completa 60 anos e a Terceira Campanha, remate da Guerrilha do Araguaia, 50 anos, o MST celebra, em 2024, 40 anos de existência. Como é um movimento construído nacionalmente em um contexto de “abertura lenta, gradual e segura”, sem a devida punição aos militares com a Lei da Anistia de 1979, reconhece a

importância daqueles que lutaram e deram suas vidas no combate às consequências reacionárias do dia 1 de abril de 1964.

Para valorizá-los, então, o MST, através do ato de ocupar, potência de um ambiente pedagógico fértil quando constrói espaços de reprodução da vida (Silva, G. F., 2007), dá a merecida atenção à educação enquanto pilar de um processo de construção⁴. Entender experiências anteriores é essencial para traçar caminhos futuros - e, por isso, o campesinato atual, organizado no movimento, rememora as resistências, tal qual a guerrilha rural no Araguaia, que se imbricam com os camponeses do passado. A democratização do conhecimento, como pontuam Stedile e Fernandes (2012), é substancial para o movimento - extrapolando conceituações rasas que impõem limites à educação no que se relaciona, por exemplo, somente à alfabetização. Não obstante, a formação e a educação revolucionária não seguem moldes de escolas regulares, posto que, edificadas em reflexões coletivas, “o acampamento vai se transformando em um grande espaço de construção pedagógica, de socialização dos Sem Terra” (Silva, G. F., 2007, p. 54). Obviamente, tal reflexão não se prende ao acampamento e também atinge o assentamento.

É nesse sentido que, como a figura 3 transparece com seu destaque à direita, os espaços de socialização do MST preservam o legado dos guerrilheiros. No 19º Encontro Estadual do MST Maranhão, em 2023, foi distribuído um folheto, visível na figura 4, que é um prelúdio de um *zine* - revista independente com figuras - acerca de Dina, mulher que participou da Guerrilha do Araguaia. Intitulado *Foguera: mulheres, afetos e ousadia rebelde na Guerrilha do Araguaia*, esse documento constituiria um caderno utilizado no 15º Acampamento Pedagógico da Juventude Sem Terra. Vê-se, portanto, como aquelas que lutaram contra a ditadura não foram esquecidas.

Figura 4 - Zine sobre a guerrilheira Dina



Fonte: Acervo pessoal do autor (2024).

Ademais, o evento ocorreu em Açailândia (MA). A figura 3 explicita que, embora os destacamentos das FORGAS estivessem no Sul do Pará e sua zona de influência tenha se espalhado pós-1974, o município onde está o Assentamento Califórnia não faz parte da área delimitada por Campos Filho (2014). Dez anos depois da publicação de sua obra, a área de influência do legado da Guerrilha do Araguaia continua a crescer - muito, é fato, em função da voz possibilitada por movimentos socioterritoriais contra a política de destruição de vestígios, cuja máxima é encontrada na Operação Limpeza de 1975. O cerco e o aniquilamento, perpetrados pelo Estado brasileiro com a finalidade de calar e “domesticar” os camponeses, resultaram em um “extermínio total” e em uma “caçada brutal impiedosa” (Maciel, 2014, p. 207) que se estenderam até o Massacre da Lapa, chacina realizada pelo Exército contra o Comitê Central do PCdoB, no bairro da Lapa, em São Paulo (SP), em 1976 (Campos Filho, 2012; Maciel, 2014). A Operação Limpeza, segundo Maciel (2014), foi marcada pela queima de corpos na Serra das Andorinhas, pela destruição de documentos, pela desmontagem de bases das Forças Armadas, pela presença de militares descaracterizados e pela destruição de todo e qualquer registro. Da mesma maneira, Luiz (2023, p. 32) assinala:

Os militares investiram no silenciamento sobre o acontecimento. Eles têm sido acusados, inclusive, de efetuar um apagamento de rastros, quer no tocante a documentos que pudessem incriminá-los, quer no que diz respeito à própria localização dos restos mortais dos guerrilheiros.

Todavia, o silêncio e o medo pós-guerrilha são confrontados pelos camponeses que constroem movimentos sociais e socioterritoriais. No encontro em Açailândia (MA), estavam, além do próprio MST, representantes do Centro de Promoção da Cidadania e Defesa dos Direitos Humanos Padre Josimo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Imperatriz (MA) e de municípios próximos, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), da Alternativa para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU). Às margens da Rodovia Belém-Brasília, no trecho conhecido como “Estrada do Arroz”, a Guerrilha do Araguaia era, novamente, lembrada enquanto combustível de luta e mobilização popular. O assentamento, em conformidade com Gilvânia Ferreira da Silva (2007), mostrou-se, mais uma vez, um ambiente pedagógico fértil. No caso do *zine*, ainda, rememora-se e evoca-se a história de Dina, uma das guerrilheiras mulheres do Araguaia que, como bem mostra Luiz (2023), sofrem com apagamentos⁵. Para além de recordar os 50 anos da perseguição aos comunistas que optaram pela guerrilha rural enquanto ponto de partida para uma guerra popular prolongada, demarca-se que foi uma insurreição anti-ditadura construída não só por homens, mas também por mulheres. Trata-se, essencialmente, de uma disputa de narrativas por meio da contraposição à discrição e ao sigilo forçados pelo Exército, pela Marinha e pela Aeronáutica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guerrilha do Araguaia, descoberta no dia 12 de abril de 1972 pelas Forças Armadas, sofreu um extermínio. Não há outras palavras para descrever a Terceira Campanha a não ser “massacre”. Mesmo assim, as guerrilheiras e os guerrilheiros não foram esquecidos pelos camponeses locais, como constatado em entrevistas empregadas na antiga zona de conflito. Com décadas passadas, as histórias e as lembranças acerca daqueles que viriam a ser vítimas da Ditadura Militar continuam a ser cultivadas. As Forças Armadas identificaram as FORGAS em 1972; os “paulistas”, em segredo e na clandestinidade, chegaram na região seis anos antes. O contato e a convivência diária foram fatores centrais para que, pela amizade construída, os camponeses apoiassem os guerrilheiros do PCdoB.

Com isso, ressalta-se a importância da manutenção da memória. Se a redemocratização/transição brasileira, um longo processo finalizado somente em 1985 por uma eleição presidencial que não teve votos da população e se deu via Colégio Eleitoral, foi permeada pelo silenciamento, pela impunidade e pela proteção aos torturadores, dar voz aos perseguidos e aos conhecidos de afetados pela ditadura é fundamental. No caso da Guerrilha do Araguaia, a perseguição não se prendeu aos filiados do PCdoB: os camponeses também sofreram com as manobras militares. Somente em 2012, porém, tais minúcias foram aprofundadas. A CNV, muito criticada pelos torturadores do período entre 1964 e 1985 por, segundo eles, carregar um caráter “revanchista”, foi uma ocasião de o Estado brasileiro olhar novamente para seu passado autoritário. As Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) resistem aos chamamentos dos que sofreram com os desdobramentos do golpe de 1964. Contudo, a despeito da apropriação da anistia, uma reivindicação originalmente oposicionista, pelos militares em prol de sua própria impunidade (Lemos, 2018; Mattos, 2018), os fatos vão aos poucos sendo esclarecidos. No relatório final da CNV, um capítulo destinado especificamente à Guerrilha do Araguaia é um considerável passo.

Outrossim, à medida que novos depoimentos dos poucos sobreviventes surgem, movimentos socioterritoriais utilizam seus espaços de socialização para enfrentar o esquecimento e o silenciamento forçado em plenárias, encontros e publicações impressas. O MST é um exemplo ímpar: no 19º Encontro Estadual do Maranhão, divulgou um *zine* sobre Dina, uma das guerrilheiras do Araguaia com alta simpatia entre os camponeses. À guisa de conclusão, por conseguinte, é obrigatório entender a Guerrilha do Araguaia não como um episódio perdido ou finalizado, mas como um movimento que, até hoje, tem seus devidos rebatimentos históricos. Dotado de minúcias, detalhes e particularidades, continua a inspirar as lutas camponesas no Sudeste do Pará, Oeste Maranhense e Bico do Papagaio Tocantinense. Contrariamente à vontade dos militares, há um legado da Guerrilha do Araguaia, defendido justamente por aqueles que levantam, como suas bandeiras, a reforma agrária e o fim da desigual estrutura fundiária brasileira.

Artigo recebido em: 12/02/2024
Aprovado para publicação em: 22/07/2024

50 YEARS OF THE THIRD CAMPAIGN (1974-2024): THE EXTERMINATION OF THE ARAGUAIA GUERRILLA AND THE OPPOSITION TO FORCED SILENCING

ABSTRACT: The objectives of this article are to reinforce what the Araguaia Guerrilla was, explain the conditions of its defeat and show attempts to counter the forced silencing, natural to the post-1985 Brazilian transition. Through bibliographical review and fieldwork, it is concluded that, although the guerrillas were exterminated 50 years ago and amnesty was also applied to torturers, local socio-territorial movements - as the example of MST - carry a legacy in which relates to the struggle for land. In this way, the Araguaia Guerrilla cannot be read as a past episode without repercussions in the present.

KEYWORDS: Araguaia Guerrilla; Brazilian Military Dictatorship; Memory; Socio-territorial Movements.

50 AÑOS DE LA TERCERA CAMPAÑA (1974-2024): EL EXTERMINIO DE LA GUERRILLA DE ARAGUAIA Y LA OPOSICIÓN AL SILENCIAMIENTO FORZOSO

RESUMEN: Los objetivos de este artículo son reforzar lo que fue la Guerrilla de Araguaia, explicar las condiciones de su derrota y mostrar los intentos de oponerse al silenciamiento forzado, natural de la transición brasileña posterior a 1985. A través de revisión bibliográfica y trabajo de campo, se concluye que, si bien la guerrilla fue exterminada hace 50 años y también se aplicó amnistía a los torturadores, los movimientos socioterritoriales locales - comenzando por el mayor ejemplo del MST - cargan con un legado en el que se relaciona con la lucha por la tierra. De esta manera, la Guerrilla de Araguaia no puede leerse como un episodio pasado sin repercusiones en el presente.

PALABRAS CLAVE: Guerrilla de Araguaia; Dictadura Militar Brasileña; memoria; movimientos socioterritoriales.

NOTAS

1 - Perceba que, cronologicamente, a chegada dos primeiros militantes do PCdoB é anterior ao documento que defende e justifica a opção pela implantação de uma guerrilha rural, indo na contramão da maioria dos grupos guerrilheiros de então, que empregavam suas ações somente no meio urbano.

2 - Tal discordância se dá justamente pela Operação Limpeza. Como o alto escalão militar não queria tornar pública a ocorrência de uma guerrilha na Amazônia Oriental, alvo de megaprojetos como a Rodovia Transamazônica, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí e o Projeto Grande Carajás, muitos arquivos desapareceram e muitos números foram adulterados. Martins (1985) estipula que 10 mil soldados das Forças Armadas e das polícias militares foram os responsáveis pelo terror e pela violência no combate à guerrilha; Oliveira (1988) defende que foi o dobro, ou seja, 20 mil homens.

3 - Golbery foi um dos principais defensores da deposição de Jango. Em seu texto, com elevada dose de apologia à Ditadura Militar, usa termos como "Revolução de 31 de março" (Silva, G. C.,

ANDRADE, V. C. de; ALVES, V. E. L.

1981, p. 12) ou “Revolução de 1964” (Silva, G. C., 1981, p. 22). Criticamente, sabemos que a ação contra o líder trabalhista, na madrugada de 1 de abril de 1964, foi um golpe de Estado. Esse autor é aqui trazido para melhor compreender qual era a linha argumentativa dos militares.

4 - Lembremos, no que concerne ao compromisso do MST para com a educação, da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Guararema - SP. A ENFF também foi visitada em trabalho de campo que resulta neste artigo.

5 - O apagamento da participação feminina na Guerrilha do Araguaia não é o tema central da pesquisa de Luiz (2023). Na realidade, o autor estuda a participação de lideranças negras em uma das únicas guerrilhas rurais na época da Ditadura Militar. O que ele constata é uma verdadeira invisibilização das mulheres e dos homens negros no processo revolucionário. Contudo, a própria guerrilha fez seus acenos a terecozeiros. “Em cruzamento com as tentativas de aproximação dos guerrilheiros visando ampliar a ULDP e a sua própria rede de apoio, a conexão entre terecozeiros e guerrilheiros foi ampliada, sobretudo no início de 1973” (Luiz, 2023, p. 316). Somando-se a isso, “a presença de terecozeiros e praticantes da pajelança, no Araguaia-Tocantins, nas décadas de 1960 e 1970, ficou mais evidenciada mediante contatos com os militantes do PCdoB” (Luiz, 2023, p. 291). José Genoíno também ressalta o terecô e as tradições de matriz afro-brasileira no dia a dia da mata: “a nossa relação com a população camponesa da região era marcada por uma vida dupla. A gente era muito rigoroso nisso. A gente convivia com a população do jeito que ela vivia e a gente tinha atividades comuns, como, por exemplo, mutirão, troca de serviços, ir pro mato, isto é, a vida social mínima. A gente participava das manifestações culturais como *tereçô*. (...) As casas nossas eram iguais às deles. (...) A gente trocava dia de serviço. A gente fazia roça. A gente plantava, a gente colhia. Havia todo esse processo de identificação. Quanto mais aumentava a identificação, mais a gente tinha a confiança dos camponeses” (Andrade, 2022, p. 346, grifo meu). Entre as mulheres e os homens negros que atuaram na Guerrilha do Araguaia, são passíveis de destaque, entre outros, Áurea Elisa Pereira (Elisa), Dinaelza Soares Santana Coqueiro (Mariadina/Diná), Dinalva Oliveira Teixeira (Dina), Helenira Resende de Souza Nazareth (Preta/Fátima), Jana Moroni Barroso (Cristina), Lúcia Maria de Souza (Sônia), Luzia Augusta Garlippe (Tuca), Maria Célia Corrêa (Rosa/Rosinha), Maria Lúcia Petit da Silva (Maria), Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), Suely Yumiko Kanayama (Suely/Chica), Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia) e Valquíria Afonso Costa (Valk) (Campos Filho, 2012; Morais; Silva, 2005). Osvaldão é lembrado como um dos principais líderes da guerrilha.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, V. C. Entrevista: José Genoíno. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 12, n. 2, p. 339-359, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2848>. Acesso em: 07 fev. 2024.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

BECKER, B. K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BERNARDI, B. B. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o caso da guerrilha do Araguaia: impactos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 22, p. 49-92, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/3FYVrw4jYkhyKRxkgnnLWnd/?lang=pt>. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório / Comissão Nacional da Verdade (v. 1)**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em:

http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf.

Acesso em: 8 fev. 2024.

CAMPOS FILHO, R. P. **Araguaia: depois da guerrilha, outra guerra - a luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)**. 1 ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois/Anita Garibaldi, 2014.

CAMPOS FILHO, R. P. **Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas**. 2 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Do movimento social ao movimento socioterritorial. In: CASTRO, C. E.; SOBREIRO FILHO, J.; SAQUET, M. A.; VINHA, J. F. S. C. (org.). **Geografias Fora do Eixo: por outras Geografias feitas com práxis territoriais**. 1 ed. Londrina, PR: Editora Liberdade/EDUEMA, 2022. p. 133-146.

FERNANDES, B. M.; SOBREIRO FILHO, J. Teoria dos Movimentos Socioterritoriais e Socioespaciais. In: SPOSITO, E. S.; CLAUDINO, G. S. (org.). **Teorias na geografia: mundos possíveis (livro III)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2023. p. 335-364.

FIGUEIREDO, C. A. S. Os 50 anos da Guerrilha do Araguaia e os reflexos da luta política.

Escritas do Tempo, v. 4, n. 11, p. 08-29, set. 2022. Disponível em:

<https://periodicos.unifesspa.edu.br/index.php/escritasdotempo/article/view/1883>.

Acesso em: 6 fev. 2024.

GENOINO, J. Carta de autodefesa apresentada no julgamento da guerrilha. In: COELHO, M. F. P. **José Genoino: escolhas políticas**. 1 ed. São Paulo: Centauro, 2007. p. 451-474.

LE MOS, R. L. C. N. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 287-313, dez. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/topoi/a/PvRCYJfkJSkp3YjSHdHHcNS/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

LE MOS, R. L. C. N. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LUIZ, J. M. **Lutas pela autonomia, sonhos de revolução: uma história da participação negra na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)**. 2023. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-15082023-113015/publico/2023_JanailsonMacedoLuiz_VCorr.pdf. Acesso em: 08 fev. 2024.

ANDRADE, V. C. de; ALVES, V. E. L.

LUIZ, J. M.; REIS, N. F. I.; SILVA, I. S. A ditadura e os rastros da repressão no sudeste paraense: desvelando memórias sobre a Casa Azul. **Sæculum – Revista de História**, n. 39, p. 83-102, Dossiê - As Ditaduras Militares no Brasil e no Cone Sul: história, historiografia e memória, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/41123>. Acesso em: 08 fev. 2024.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. **Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil**. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.

MACIEL, J. P. **Guerrilha no Araguaia-Tocantins**. 1 ed. Imperatriz: Ética, 2014.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil** - Terra e poder: o problema da terra na crise política. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil** - As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

MATTOS, M. B. Anistia e contrarrevolução. In: LEMOS, R. L. C. N. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018. p. 11-14.

MORAIS, T.; SILVA, E. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. 1 ed. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1988.

PEIXOTO, R. C. D. A guerra que veio depois da guerrilha. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 239-253, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/470>. Acesso em: 5 fev. 2024.

REIS, N. F. I.; MARCOS, V.; MOREIRA, E. S. Transamazônica, Guerrilha do Araguaia e luta pela terra: a ocupação territorial no Sudeste do Pará durante a ditadura civil-militar. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 34, n. 55, p. 175-189, dez. 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/6454>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SILVA, E. Reportagem sobre a Guerrilha do Araguaia. In: AMAZONAS, J.; ANTERO, L. C.; SILVA, E. (org.). **Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia - 30 anos**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. p. 49-55.

SILVA, G. F. A natureza educativa nas ocupações de luta pela terra no Brasil. **Libertas**, Juiz de Fora, edição especial, p. 50-67, fev. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18216>. Acesso em: 8 fev. 2024.

SILVA, G. C. Conjuntura política nacional: o Poder Executivo. In: SILVA, G. C. **Conjuntura política nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. p. 1-37.

STEDILE, J. P. Conceitos e tipos de reforma agrária. In: STEDILE, J. P. (org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo (volume I)**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020. p. 15-28.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2012.

TELES, E.; QUINALHA, R. O alcance e os limites do discurso da "justiça de transição" no Brasil. In: TELES, E.; QUINALHA, R. (org.). **Espectros da ditadura**: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 15-58.

ULDP. Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo. In: AMAZONAS, J.; ANTERO, L. C.; SILVA, E. (org.). **Uma epopeia pela liberdade**: Guerrilha do Araguaia - 30 anos. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. p. 56-65.

VALVERDE, O. **Geografia Agrária do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.

VINÍCIUS CARLUCCIO DE ANDRADE: Graduando em Geografia (licenciatura e bacharelado) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - SP. Através do Processo FAPESP nº 2022/05174-6 ("A Guerrilha do Araguaia: resistência camponesa, defesa da autonomia e continuidade dos conflitos fundiários no Pará, Maranhão e Tocantins") e do Processo CNPq nº 124021/2023-9 ("A Guerrilha do Araguaia para além da Comissão da Verdade: persistência da tensão com o avanço do agronegócio no Pará, Maranhão e Tocantins"), desenvolve pesquisas na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5638-9420>

E-mail: viniciuscandrade4@gmail.com

VICENTE EUDES LEMOS ALVES: Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade de São Paulo (1994), mestre (2000) e doutor (2007) em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui experiência nas áreas de ensino de Geografia, de estudos regionais, agrários e formação territorial brasileira.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9505-185X>

E-mail: veudes@unicamp.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 4.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).